

# **LIVRO DE QUESTÕES**

## **DIREITO PREVIDENCIÁRIO**

NV-LV184-24-800-QUESTOES-DIREITO-PREV

Cód.: 7908428810450



# SUMÁRIO

<b>ÚLTIMA PROVA INSS - TÉCNICO DO SEGURO SOCIAL .....</b>	<b>7</b>
→ LÍNGUA PORTUGUESA.....	7
→ GABARITO .....	27
→ ÉTICA .....	34
→ GABARITO .....	36
→ DIREITO CONSTITUCIONAL .....	39
→ GABARITO .....	42
→ DIREITO ADMINISTRATIVO .....	48
→ GABARITO .....	50
→ INFORMÁTICA .....	56
→ GABARITO .....	59
→ RACIOCÍNIO LÓGICO .....	61
→ GABARITO .....	62
→ CONHECIMENTOS ESPECIFICOS.....	64
→ GABARITO .....	80
<b>DIREITO PREVIDENCIÁRIO .....</b>	<b>114</b>
→ DOS BENEFÍCIOS (ARTS. 20 A 22 DA LEI Nº 8.742/93) .....	114
→ OUTROS NORMATIVOS SOBRE ASSISTÊNCIA SOCIAL.....	121
→ ACIDENTE DE TRABALHO.....	128
→ DA ORGANIZAÇÃO E DA GESTÃO (ARTS. 6º A 19 DA LEI Nº 8.742/93) .....	130
→ DAS DEFINIÇÕES E DOS OBJETIVOS (ARTS. 1º AO 3º DA LEI Nº 8.742/93) .....	137
→ DOS PRINCÍPIOS E DAS DIRETRIZES (ARTS. 4º E 5º DA LEI Nº 8.742/93) .....	142
→ RESOLUÇÃO CNAS Nº 145/2004 - POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL .....	145
→ RESOLUÇÃO CNAS Nº 33/2012 - NOB/SUAS .....	155

→ DOS SERVIÇOS, PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E ENFRENTAMENTO DA POBREZA (ARTS. 23 A 26 DA LEI Nº 8.742/93) .....	161
→ LEI Nº 9.717/1998 - REGRAS GERAIS DOS RPPS .....	163
→ RESOLUÇÃO CNAS Nº 109/2009 - TIPIFICAÇÃO NACIONAL DE SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS .....	167
→ FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL.....	172
→ CARÊNCIA.....	179
→ CONTRIBUINTE INDIVIDUAL (RGPS) .....	180
→ DA ARRECAÇÃO E RECOLHIMENTO DAS CONTRIBUIÇÕES (PRESCRIÇÃO, DECADÊNCIA E OUTROS) .....	182
→ EMPREGADO (RGPS) .....	184
→ DOS DEPENDENTES (RGPS) .....	186
→ DA APOSENTADORIA POR INVALIDEZ.....	188
→ DA PENSÃO POR MORTE.....	191
→ ORIGEM E EVOLUÇÃO LEGISLATIVA DA SEGURIDADE SOCIAL .....	194
→ SAÚDE, PREVIDÊNCIA SOCIAL E ASSISTÊNCIA SOCIAL.....	196
→ PRINCÍPIOS E OBJETIVOS DA SEGURIDADE SOCIAL.....	202
→ REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.....	210
→ DAS DISPOSIÇÕES DIVERSAS E TRANSITÓRIAS RELATIVAS ÀS PRESTAÇÕES (PRESCRIÇÃO, DECADÊNCIA E OUTROS) .....	218
→ DA MANUTENÇÃO E DA PERDA DA QUALIDADE DE SEGURADO .....	220
→ LEI COMPLEMENTAR Nº 109/2001 - REGIME DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR.....	222
→ DA CONTAGEM RECÍPROCA DE TEMPO DE SERVIÇO .....	226
→ NORMAS INFRALEGAIS DE RPPS (PORTARIAS, RESOLUÇÕES, ETC.).....	229
→ DO AUXÍLIO-DOENÇA .....	232
→ DECRETO Nº 6.135/2007 - CADASTRO ÚNICO PARA PROGRAMAS SOCIAIS DO GOVERNO FEDERAL .....	233
→ GABARITO .....	235

# ÚLTIMA PROVA INSS - TÉCNICO DO SEGURO SOCIAL

## → LÍNGUA PORTUGUESA

### 1. (CEBRASPE-CESPE – 2022) Texto CB1A1

Cresce, no mundo todo, o número de pessoas que demandam serviços de cuidado. De acordo com o último relatório da Organização Internacional do Trabalho (OIT), esse universo deverá ser de 2,3 bilhões de pessoas em 2030 — há cinco anos, eram 2,1 bilhões. O envelhecimento da população e as novas configurações familiares, com mulheres mais presentes no mercado de trabalho e menos disponíveis para assumir encargos com parentes sem autonomia, têm levado os países a repensar seus sistemas de atenção a populações vulneráveis. Partindo desse panorama, as sociólogas Nadya Guimarães, da Universidade de São Paulo (USP), e Helena Hirata, do Centro de Pesquisas Sociológicas e Políticas de Paris, na França, identificaram, em estudo, o surgimento, nos últimos vinte anos, de arranjos que visam amparar indivíduos com distintos níveis de dependência, como crianças, idosos e pessoas com deficiência. Enquanto, em algumas nações, o papel do Estado é preponderante, em outras, a atuação de instituições privadas se sobressai. Na América Latina, o protagonismo das famílias representa o aspecto mais marcante.

Conforme definição da OIT, o trabalho de cuidado, que pode ou não ser remunerado, envolve dois tipos de atividades: as diretas, como alimentar um bebê ou cuidar de um doente, e as indiretas, como cozinhar ou limpar. “É um trabalho que tem uma forte dimensão emocional, se desenvolve na intimidade e, com frequência, envolve a manipulação do corpo do outro”, diz Guimarães. Ela relata que o conceito de cuidado surgiu como categoria relevante para as ciências sociais há cerca de

trinta anos e, desde então, tem sido crescente a sua presença em linhas de investigação em áreas como economia, antropologia, psicologia e filosofia política. “Com isso, a discussão sobre essa concepção ganhou corpo. Os estudos iniciais do cuidado limitavam-se à ideia de que ele era uma necessidade nas situações de dependência, mas tal entendimento se ampliou. Hoje, ele é visto como um trabalho fundamental para assegurar o bem-estar de todos, na medida em que qualquer pessoa pode se fragilizar e se tornar dependente em algum momento da vida”, explica a socióloga. Os avanços da pesquisa levaram à constatação de que a oferta de cuidados é distribuída de forma desigual na sociedade, recaindo, de forma mais intensa, sobre as mulheres.

Ao refletir sobre esse desequilíbrio, a socióloga Heidi Gottfried, da Universidade Estadual Wayne, nos Estados Unidos da América, explica que persiste, nas sociedades, a noção arraigada de que o trabalho de cuidado seria uma manifestação de amor e, por essa razão, deveria ser prestado gratuitamente. Conforme Gottfried, a ideia decorre, entre outros aspectos, de construção cultural a respeito da maternidade e de que cuidar seria um talento feminino.

Por outro lado, Guimarães lembra que, a partir de 1970, as mulheres aumentaram sua participação no mercado de trabalho brasileiro. Em cinco décadas, a presença feminina saltou de 18% para 50%, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. “Consideradas provedoras naturais dos serviços de cuidado, as mulheres passaram a trabalhar mais intensamente fora de casa. Esse fato, aliado ao envelhecimento da população, gerou o que tem sido analisado

como uma crise no provimento de cuidados que, em países do hemisfério norte, tem se resolvido com uma mercantilização desses serviços, além de uma maior atuação do Estado, por meio da criação de instituições públicas de acolhimento, expansão de políticas de financiamento, formação e regulação do trabalho de cuidadores”, conta a socióloga.

Na América Latina, entretanto, o fornecimento de cuidados é tradicionalmente feito pelas famílias, nas quais mulheres desempenham gratuitamente papel central como cuidadoras de crianças, idosos e pessoas com deficiência. Para a minoria que pode pagar, o mercado oferece serviços de cuidado que compensam a escassa presença do Estado.

*Christina Queiroz. Revista Pesquisa FAPESP. Ed. 299, jan./2021. Internet: <<https://revistapesquisa.fapesp.br/economia-do-cuidado>> (com adaptações)*

Julgue o item a seguir, relativos a aspectos estruturais e gramaticais do texto CB1A1.

Por constituir um substantivo, o termo ‘bem-estar’, empregado no segundo parágrafo, poderia ser grafado, em conformidade com a ortografia oficial, sem o hífen: **bem estar**.

( ) Certo ( ) Errado

---

## 2. (CEBRASPE-CESPE – 2022)

Ora, graças a Deus, lá se foi mais um. Um ano, quero dizer. Menos um na conta, mais uma prestação paga. E tem quem fique melancólico. Tem quem deteste ver à porta a cara do mascate em cada primeiro do mês, cobrando o vencido. Quando compram fiado, têm a sensação de que o homem deu de presente, e se esquecem das prestações, que serão, cada uma, uma facada. Nem se lembram dessa outra prestação que se paga a toda hora, tabela Price insaciável comendo juro de vida, todo dia um pouquinho mais; um cabelo que fica branco, mais um milímetro de pele que enruga, uma camada infinitesimal acrescentada à artéria que endurece, um pouco mais de fadiga no coração, que também é carne e se cansa com aquele bater sem folga. E o olho que enxerga menos, e o dente que caria e trata de abrir lugar primeiro para o pivô, depois para a dentadura completa.

O engraçado é que muito poucos reconhecem isso. Convencem-se de que a morte chega de repente, que não houve desgaste preparatório, e nos apanha em plena flor da juventude, ou em plena frutificação da maturidade; se imaginam uma rosa que foi colhida em plena beleza desabrochada. Mas

a rosa, se a não apanha o jardineiro, que será ela no dia seguinte, após o mormaço do sol e a friagem do sereno? A hora da colheita não interessa — de qualquer modo, o destino dela era murchar, perder as pétalas, secar, sumir-se.

A gente, porém, não pode pensar muito nessas coisas. Tem que pensar em alegrias, suggestionar-se, suggestionar os outros. Vamos dar festas, vamos aguardar o ano novo com esperanças e risadas e beijos congratulatórios. Desejar uns aos outros saúde, riqueza e venturas. Fazer de conta que não se sabe; sim, como se a gente nem desconfiasse. Tudo que nos espera: dentro do corpo o que vai sangrar, doer, inflamar, envelhecer. As cólicas de fígado, as dores de cabeça, as azias, os reumatismos, as gripes com febre, quem sabe o tifo, o atropelamento. Tudo escondido, esperando. Sem falar nos que vão ficar tuberculosos, nas mulheres que vão fazer cesariana. Os que vão perder o emprego, os que se verão doidos com as dívidas, os que hão de esperar nas filas — que seremos quase todos. E os que, não morrendo, hão de ver a morte lhes entrando de casa adentro, carregando o filho, pai, amor, amizade. As missas de sétimo dia,

as cartas de rompimento, os bilhetes de despedida. E até guerra, quem sabe? Desgostos, desgostos de toda espécie. Qual de nós passa um dia, dois dias, sem um desgosto? Quanto mais um ano!

*Rachel de Queiroz. Um ano de menos In: O Cruzeiro, Rio de Janeiro, dez./1951 (com adaptações)*

Acerca das ideias e de aspectos linguísticos do texto precedente, julgue o item que se segue.

No trecho “os que hão de esperar nas filas” (último parágrafo), o termo “hão” corresponde a uma forma abreviada de **haverão** e, como tal, diz respeito ao tempo futuro.

( ) Certo ( ) Errado

---

## 3. (CEBRASPE-CESPE – 2022) Texto CB1A1

Cresce, no mundo todo, o número de pessoas que demandam serviços de cuidado. De acordo com o último relatório da Organização Internacional do Trabalho (OIT), esse universo deverá ser de 2,3 bilhões de pessoas em 2030 — há cinco anos, eram 2,1 bilhões. O envelhecimento da população e as novas configurações familiares, com mulheres mais presentes no mercado de trabalho e menos disponíveis para assumir encargos com parentes sem autonomia, têm levado os países a repensar seus sistemas de atenção a populações vulneráveis. Partindo desse panorama, as sociólogas Nadya

Guimarães, da Universidade de São Paulo (USP), e Helena Hirata, do Centro de Pesquisas Sociológicas e Políticas de Paris, na França, identificaram, em estudo, o surgimento, nos últimos vinte anos, de arranjos que visam amparar indivíduos com distintos níveis de dependência, como crianças, idosos e pessoas com deficiência. Enquanto, em algumas nações, o papel do Estado é preponderante, em outras, a atuação de instituições privadas se sobressai. Na América Latina, o protagonismo das famílias representa o aspecto mais marcante.

Conforme definição da OIT, o trabalho de cuidado, que pode ou não ser remunerado, envolve dois tipos de atividades: as diretas, como alimentar um bebê ou cuidar de um doente, e as indiretas, como cozinhar ou limpar. “É um trabalho que tem uma forte dimensão emocional, se desenvolve na intimidade e, com frequência, envolve a manipulação do corpo do outro”, diz Guimarães. Ela relata que o conceito de cuidado surgiu como categoria relevante para as ciências sociais há cerca de trinta anos e, desde então, tem sido crescente a sua presença em linhas de investigação em áreas como economia, antropologia, psicologia e filosofia política. “Com isso, a discussão sobre essa concepção ganhou corpo. Os estudos iniciais do cuidado limitavam-se à ideia de que ele era uma necessidade nas situações de dependência, mas tal entendimento se ampliou. Hoje, ele é visto como um trabalho fundamental para assegurar o bem-estar de todos, na medida em que qualquer pessoa pode se fragilizar e se tornar dependente em algum momento da vida”, explica a socióloga. Os avanços da pesquisa levaram à constatação de que a oferta de cuidados é distribuída de forma desigual na sociedade, recaindo, de forma mais intensa, sobre as mulheres.

Ao refletir sobre esse desequilíbrio, a socióloga Heidi Gottfried, da Universidade Estadual Wayne, nos Estados Unidos da América, explica que persiste, nas sociedades, a noção arraigada de que o trabalho de cuidado seria uma manifestação de amor e, por essa razão, deveria ser prestado gratuitamente. Conforme Gottfried, a ideia decorre, entre outros aspectos, de construção cultural a respeito da maternidade e de que cuidar seria um talento feminino.

Por outro lado, Guimarães lembra que, a partir de 1970, as mulheres aumentaram sua participação no mercado de trabalho brasileiro. Em cinco décadas, a presença feminina saltou de 18% para 50%, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. “Consideradas provedoras naturais dos serviços de cuidado, as mulheres passaram a trabalhar mais intensamente fora de casa. Esse fato, aliado ao envelhecimento da

população, gerou o que tem sido analisado como uma crise no provimento de cuidados que, em países do hemisfério norte, tem se resolvido com uma mercantilização desses serviços, além de uma maior atuação do Estado, por meio da criação de instituições públicas de acolhimento, expansão de políticas de financiamento, formação e regulação do trabalho de cuidadores”, conta a socióloga.

Na América Latina, entretanto, o fornecimento de cuidados é tradicionalmente feito pelas famílias, nas quais mulheres desempenham gratuitamente papel central como cuidadoras de crianças, idosos e pessoas com deficiência. Para a minoria que pode pagar, o mercado oferece serviços de cuidado que compensam a escassa presença do Estado.

Christina Queiroz. *Revista Pesquisa FAPESP*. Ed. 299, jan./ 2021. Internet: <<https://revistapesquisa.fapesp.br/economia-do-cuidado>> (com adaptações)

Acerca de aspectos semânticos e sintáticos do texto CB1A1, julgue o item que se segue.

Seria preservada a coerência das ideias do texto se, no segundo parágrafo, a expressão “na medida em que” fosse substituída pelo vocábulo **pois**.

( ) Certo ( ) Errado

#### 4. (CEBRASPE-CESPE – 2022) Texto CB1A1

Cresce, no mundo todo, o número de pessoas que demandam serviços de cuidado. De acordo com o último relatório da Organização Internacional do Trabalho (OIT), esse universo deverá ser de 2,3 bilhões de pessoas em 2030 — há cinco anos, eram 2,1 bilhões. O envelhecimento da população e as novas configurações familiares, com mulheres mais presentes no mercado de trabalho e menos disponíveis para assumir encargos com parentes sem autonomia, têm levado os países a repensar seus sistemas de atenção a populações vulneráveis. Partindo desse panorama, as sociólogas Nadya Guimarães, da Universidade de São Paulo (USP), e Helena Hirata, do Centro de Pesquisas Sociológicas e Políticas de Paris, na França, identificaram, em estudo, o surgimento, nos últimos vinte anos, de arranjos que visam amparar indivíduos com distintos níveis de dependência, como crianças, idosos e pessoas com deficiência. Enquanto, em algumas nações, o papel do Estado é preponderante, em outras, a atuação de instituições privadas se sobressai. Na América Latina, o protagonismo das famílias representa o aspecto mais marcante.

# DIREITO PREVIDENCIÁRIO

## → DOS BENEFÍCIOS (ARTS. 20 A 22 DA LEI Nº 8.742/93)

1. (FUNPAPA – AACP – 2018) Assinale a alternativa **correta**.

- a) O Benefício de Prestação Continuada (BPC) é a garantia de 1 (um) salário-mínimo à pessoa portadora de deficiência e ao idoso, com 70 (setenta) anos ou mais, que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção e nem de tê-la provida por sua família.
- b) O Benefício de Prestação Continuada (BPC) é a garantia de 1 (um) salário-mínimo à pessoa portadora de deficiência e ao idoso, com 65 (sessenta e cinco) anos ou mais, que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção, mesmo sendo provida por sua família.
- c) O Benefício de Prestação Continuada (BPC) é a garantia de 1 (um) salário-mínimo à pessoa portadora de deficiência e ao idoso, com 60 (sessenta) anos ou mais, que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção e nem de tê-la provida por sua família.
- d) O Benefício de Prestação Continuada (BPC) é a garantia de 1 (um) salário-mínimo à pessoa portadora de deficiência e ao idoso, com 65 (sessenta e cinco) anos ou mais, que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção e nem de tê-la provida por sua família.
- e) O Benefício de Prestação Continuada (BPC) é a garantia de 2 (dois) salários-mínimos à pessoa portadora de deficiência e ao idoso, com 65 (sessenta e cinco) anos ou mais, que comprovem

não possuir meios de prover a própria manutenção e nem de tê-la provida por sua família.

2. (PREF. DE SÃO LEOPOLDO – AACP – 2018)

Quanto aos benefícios, serviços, programas e projetos de assistência social, assinale a alternativa **correta**.

- a) O benefício de prestação continuada é a garantia de um salário-mínimo mensal à pessoa com deficiência e até um salário-mínimo ao idoso com 60 anos ou mais que aleguem não possuir meios de prover a própria manutenção e nem de tê-la provida por sua família.
- b) Considera-se incapaz de prover a manutenção da pessoa com deficiência ou idosa a família cuja renda mensal por pessoa seja inferior a 1/5 do salário-mínimo regional.
- c) O beneficiário da prestação continuada não pode acumular este benefício com qualquer outro no âmbito da seguridade social ou de outro regime, salvo os da assistência médica e da pensão especial de natureza indenizatória.
- d) Mesmo que se constate irregularidade na concessão ou utilização do benefício, ele não será cancelado com base no Princípio da Dignidade da Pessoa Humana.
- e) Se a pessoa portadora de deficiência for contratada como aprendiz, terá, após 6 meses da contratação, o seu benefício de prestação continuada suspenso.

**3. (DEPEN – CEBRASPE-CESPE – 2021)**

Mário é pessoa com deficiência, tem 14 anos de idade e mora na cidade de São Paulo com seus pais e dois irmãos, José e Antônio, de 17 e 19 anos de idade, respectivamente. A renda mensal da família provém do emprego do pai e corresponde a um salário-mínimo.

Considerando a situação hipotética apresentada e que Mário tem direito ao benefício de prestação continuada (BPC), julgue o item seguinte.

Mário e José, por serem menores de idade, têm direito ao auxílio-inclusão, considerando-se que a renda da família é inferior a dois salários-mínimos.

( ) Certo ( ) Errado

**4. (DEPEN – CEBRASPE-CESPE – 2021)**

Mário é pessoa com deficiência, tem 14 anos de idade e mora na cidade de São Paulo com seus pais e dois irmãos, José e Antônio, de 17 e 19 anos de idade, respectivamente. A renda mensal da família provém do emprego do pai e corresponde a um salário-mínimo.

Considerando a situação hipotética apresentada e que Mário tem direito ao benefício de prestação continuada (BPC), julgue o item seguinte.

Caso Mário seja contratado por empresa na condição de aprendiz, haverá a suspensão do benefício, haja vista tratar-se de atividade remunerada concomitante

( ) Certo ( ) Errado

**5. (MPE-CE – CEBRASPE-CESPE – 2020)**

Jaime, assistente social, trabalha em uma organização social da saúde (OSS), como celetista, e na secretaria estadual de saúde, como ocupante de cargo comissionado, exercendo papel importante na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS), como assessor do secretário de saúde. Na OSS, realiza atendimentos e estudos sociais de indivíduos e famílias que acessam o serviço, tais como a do Sr. Ângelo, de sessenta e oito anos de idade, solteiro, com sequelas motoras ocasionadas por acidente automobilístico, que o impossibilitou de manter a atividade laboral que exercia, de marceneiro. O idoso reside em imóvel alugado por R\$ 700, com sua neta — Alice, de vinte anos de idade, estudante, que, há cerca de seis meses, iniciou um estágio supervisionado remunerado de R\$ 650 — e nunca contribuiu para a previdência social. Atualmente, sua renda

familiar origina-se apenas da remuneração recebida pela neta.

A partir dessa situação hipotética, julgue o item subsecutivo, com base nas Leis nº 8.080/1990 e nº 8.742/1993 e outras legislações sociais voltadas à área da saúde.

Jaime deverá orientar o Sr. Ângelo quanto ao benefício assistencial de prestação continuada a que tem direito, já que é uma pessoa idosa com mais de sessenta e cinco anos de idade.

( ) Certo ( ) Errado

**6. (CDCA-DF- CEBRASPE-CESPE – 2019)**

João, de quinze anos de idade, reside no Distrito Federal (DF) junto com seus pais e seus três irmãos, maiores de idade. O pai de João é aposentado e recebe um salário-mínimo por mês. Os demais familiares encontram-se desempregados há mais de dois anos. A família reside em casa própria e recebe cesta básica semanalmente de uma entidade religiosa.

Na escola onde estuda, João é considerado pessoa com deficiência, devido a avaliação de psicopedagogo, e, por isso, recebe acompanhamento especial para a realização de atividades, tarefas e provas. A família de João foi orientada pela escola a solicitar o benefício de prestação continuada (BPC) junto ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

A partir dessa situação hipotética, julgue o próximo item, com base na Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS). O beneficiário do BPC tem direito ao recebimento de um salário-mínimo mensal.

( ) Certo ( ) Errado

**7. (TJ-AM – CEBRASPE-CESPE – 2019)**

Francisca, com sessenta anos de idade, trabalha como servidora pública da administração direta de Manaus e lá reside com seu esposo, Juarez, que tem sessenta e cinco anos de idade e é aposentado, e com seu neto, Antônio, de dezesseis anos de idade. O salário que Francisca recebe hoje é superior a dois salários-mínimos e a aposentadoria do Juarez é de um salário-mínimo.

Considerando essa situação hipotética, julgue o item subsecutivo, de acordo com o Estatuto do Idoso, a Lei Maria da Penha e a lei que instituiu o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASA).

Juarez faz jus ao recebimento do benefício de prestação continuada (BPC), pago conforme os termos da Lei Orgânica da Assistência Social.

( ) Certo ( ) Errado

**8. (TRF 5 – CEBRASPE-CESPE – 2017)** O benefício de prestação continuada concedido a pessoa com deficiência será suspenso no caso de o beneficiário

- a) receber a título de herança patrimônio capaz de prover sua manutenção.
- b) ser acolhido por instituição assistencial pública ou particular, como, por exemplo, abrigo ou instituição congênere.
- c) receber imóvel para fixação de residência, mediante doação de programa social concedido pelo poder público.
- d) completar dois anos de recebimento do benefício.
- e) passar a exercer atividade remunerada na condição de aprendiz.

**9. (HUB – CEBRASPE-CESPE – 2017)** Acerca do benefício de prestação continuada (BPC), julgue o item a seguir.

O beneficiário deve estar inscrito no cadastro único, e as pessoas com deficiência precisam passar por avaliação médica e social realizadas por profissionais do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

( ) Certo ( ) Errado

**10. (HUB – CEBRASPE-CESPE – 2017)** Julgue os itens a seguir, referentes ao benefício de prestação continuada (BPC).

O pagamento do benefício de prestação continuada será automaticamente repassado aos filhos menores, em caso de falecimento do beneficiário

( ) Certo ( ) Errado

**11. (HUB – CEBRASPE-CESPE – 2017)** Julgue os itens a seguir, referentes ao benefício de prestação continuada (BPC).

Para efeito de concessão do benefício de prestação continuada, considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, de longo prazo, capaz de obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

( ) Certo ( ) Errado

**12. (HUB – CEBRASPE-CESPE – 2017)** Julgue os itens a seguir, referentes ao benefício de prestação continuada (BPC).

O benefício de prestação continuada deve ser revisto a cada três anos e pode ser cessado se o beneficiário exercer atividade remunerada, exceto se estiver na condição de microempresendedor.

( ) Certo ( ) Errado

**13. (TRT 8 – CEBRASPE-CESPE – 2016)**

De acordo com a Lei Orgânica da Assistência Social, assinale a opção correta.

- a) Os princípios da assistência social incluem a ampla divulgação dos benefícios, serviços, programas e projetos assistenciais, bem como dos recursos oferecidos pelo poder público e dos critérios para sua concessão.
- b) O benefício de prestação continuada pode ser transferido a dependentes de até vinte e um anos de idade, em caso de morte do beneficiário.
- c) O Conselho Nacional de Assistência Social deve ser presidido pelo titular do órgão da administração pública federal coordenador da política de assistência social, enquanto durar sua gestão nesse órgão.
- d) A proteção social básica refere-se a um conjunto de ações direcionadas à proteção de crianças e adolescentes que vivenciaram situações de violação de direitos.
- e) A pessoa com deficiência que recebe o benefício de prestação continuada não pode ser contratada por empresas na condição de aprendiz.

**14. (INSS – CEBRASPE-CESPE – 2016)**

Julgue o item abaixo à luz da Lei nº 8.742/1993 (LOAS) e do Decreto nº 6.214/2007, que regulamenta o BPC da assistência social devido à pessoa com deficiência e ao idoso.

Caso uma pessoa com deficiência que receba BPC passe a exercer atividade remunerada na qualidade de microempresendedor individual, o órgão concedente desse benefício deverá suspendê-lo.

( ) Certo ( ) Errado

**15. (DPU – CEBRASPE-CESPE – 2016)**

No final de 1993, com a aprovação da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), efetivou-se a assistência social como dever do

Estado e direito do cidadão. Considerando a política de assistência social e os mínimos sociais previstos na LOAS, julgue o item subsequente.

Os direitos assistenciais têm características diferenciadas, pois asseguram prestação monetária continuada e caracterizam-se por ser um direito pessoal e intransferível, como, por exemplo, o benefício de prestação continuada.

( ) Certo ( ) Errado

### 16. (DPU – CEBRASPE-CESPE – 2016)

No final de 1993, com a aprovação da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), efetivou-se a assistência social como dever do Estado e direito do cidadão. Considerando a política de assistência social e os mínimos sociais previstos na LOAS, julgue o item subsequente.

A política de mínimos sociais foi implementada por meio de benefícios continuados no valor de um salário mínimo para idosos com sessenta anos de idade ou mais e portadores de deficiência com renda familiar de até metade do salário mínimo, per capita.

( ) Certo ( ) Errado

### 17. (DPU – CEBRASPE-CESPE – 2016)

No final de 1993, com a aprovação da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), efetivou-se a assistência social como dever do Estado e direito do cidadão. Considerando a política de assistência social e os mínimos sociais previstos na LOAS, julgue o item subsequente.

O benefício de prestação continuada constituiu-se em benefício individual que exige comprovação de não possuir meios de garantia do próprio sustento nem tê-lo provido por sua família, e que dispensa a contribuição com a Previdência Social para acessá-lo.

( ) Certo ( ) Errado

### 18. (TCE-SC – CEBRASPE-CESPE – 2016)

A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social. Acerca da seguridade social, julgue o item subsequente.

**Situação hipotética:** João, com sessenta e cinco anos de idade, não possui meios de prover a própria manutenção nem a de sua família, cuja renda mensal per capita é inferior a um quarto do salário-mínimo.

**Assertiva:** Nessa situação, João só pode requerer o benefício de prestação continuada previsto na Lei Orgânica de Assistência Social se tiver contribuído para a seguridade social.

( ) Certo ( ) Errado

**19. (CL-DF – FCC – 2018)** O Benefício de Prestação Continuada – BPC, garante um salário mínimo mensal a pessoa idosa com 65 anos ou mais, e a pessoa com deficiência que comprovem não dispor de meios para prover a manutenção de sua vida, e tampouco tê-la provida pela própria família. A pessoa com deficiência pode atuar como aprendiz e não haverá suspensão do benefício desde que o recebimento concomitante não ultrapasse

- um ano.
- um ano e seis meses.
- dois anos.
- dois anos e seis meses.
- três anos.

**20. (PGE-AP – FCC – 2018)** O Benefício de Prestação Continuada (BPC), previsto no texto constitucional e regulado na Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS),

- é devido ao idoso maior de 70 anos que comprove não possuir meios de prover a própria manutenção nem de tê-la provida por sua família.
- não se estende à pessoa com deficiência, ainda que comprove não possuir meios de prover a própria manutenção.
- pode ser acumulado apenas com aquele relativo à pensão por morte.
- tem valor de um salário mínimo mensal, podendo ser majorado em até 25%, caso comprovada a real necessidade.
- deve ser revisto a cada dois anos para avaliação da continuidade das condições que lhe deram origem.

### 21. (PREF. DE TERESINA – FCC – 2016)

A Lei nº 12.435, de 6 de julho de 2011 afirma que o benefício de prestação continuada é